

CONCLUSÃO

Capitalismo de Estado, Estatismo e Socialismo Autogestionário

N ESTE LIVRO VIMOS QUE O extraordinário crescimento das organizações burocráticas públicas e privadas e o decisivo aumento do grau de intervenção do estado na economia determinaram o surgimento de uma nova classe social — a tecnoburocracia — e de uma nova relação de produção que tende a se substituir ao capital — a organização — e conseqüentemente de um novo modo de produção — o estatismo.

Este novo modo de produção tornou-se dominante nas formações sociais geralmente consideradas “socialistas”, como a União Soviética, a China, os países do leste europeu e alguns países periféricos, como o Vietnã e a Argélia, que se transformaram assim em sociedades tecnoburocráticas. Nos países subdesenvolvidos, especialmente aqueles que alcançaram um grau intermediário de desenvolvimento — os países subdesenvolvidos industrializados — como o Brasil, o México, a Índia, ou a Coréia do Sul — o estado assumiu um papel decisivo, no processo de desenvolvimento econômico, amplos traços do modo estatal ou tecnoburocrático de produção se delinearão em suas respectivas formações sociais, mas estes países continuaram fundamentalmente capitalistas, a burguesia continuou a ser a classe dominante, a tecnoburocracia, ainda que com seus poderes e sua participação no excedente através de ordenados muito aumentada, permaneceu como classe auxiliar da burguesia. Nos países capi-

talistas, centrais, em que a intervenção do estado no processo de acumulação foi menor, concentrando-se mais na produção de serviços de consumo social, a tecnoburocracia desenvolveu-se mais ao nível das grandes organizações empresariais privadas, mas também aqui manteve seu caráter assessoria do grande capital. A formação social dos países subdesenvolvidos industrializados pode ser definida como capitalismo de estado dependente, enquanto que a dos países desenvolvidos, simplesmente capitalismo de estado. Alternativamente podemos usar as expressões capitalismo monopolista de estado ou capitalismo tecnoburocrático.

Nas três circunstâncias — países “socialistas”, países subdesenvolvidos industrializados, e países capitalistas desenvolvidos —, entretanto, não há dúvida que o velho estamento burocrático renovou-se foi integrado por novos membros; ganhou massa crítica; assumiu de forma crescente a propriedade efetiva das organizações burocráticas, que detêm, por sua vez, dos meios de produção e de informação, e, a partir da definição desta nova relação de produção — a organização — e deste aumento quantitativo de seus membros, o estamento burocrático deu o salto qualitativo que o transformou em uma nova classe: a tecnoburocracia, ou nova classe média, ou classe média empregada.

Muitas vezes a tecnoburocracia é confundida com a classe média como um todo, embora seja necessário distinguir, dentro da classe média, ou, mais precisamente, das camadas médias, três grupos distintos, que efetivamente pertencem a três classes diferentes: (a) a pequena burguesia constituída de produtores agrícolas e artesanais e de pequenos comerciantes, que além de empregar assalariados também trabalham diretamente na produção, e da qual fazem parte também os profissionais liberais autônomos; (b) a média burguesia, já uma classe plenamente capitalista, cujos membros ou vivem de rendas, ou são empresários em médias empresas em que executam funções de supervisão e não de produção direta; e (c) a tecnoburocracia, constituída dos funcionários administradores e técnicos que exercem funções coordenativas, não são proprietários de meios de produção, e recebem ordenados.

Esta nova classe tem como seu grande ativo o conhecimento técnico e organizacional. Na medida em que esse tipo de conhecimento vai se tornando cada vez mais estratégico, seja pela dependência direta que o desenvolvimento econômico passa a ter da incorporação novas tecnologias tornadas cada vez mais complexas, seja pelo crescimento das grandes organizações burocráticas. Em consequência o poder da tecnoburocracia

tende a aumentar. O imperativo da acumulação capitalista e, mais genericamente, do desenvolvimento econômico garantem a essa nova classe, sediada no Estado e nas grandes organizações burocráticas empresariais, e dividida em estratos (alta, média e baixa tecnoburocracia), um poder crescente, derivado de sua maior capacidade, efetiva ou suposta, de gerir mais eficientemente as grandes organizações produtivas e o Estado.

A emergência da tecnoburocracia enquanto classe ocorreu ao mesmo tempo em que as sociedades assumiam um caráter cada vez mais estatal. A idéia de que uma sociedade possa ser estatal é contraditória de um ponto de vista burguês, que pensa no Estado em oposição à sociedade civil. Mas deixa de ser contraditória quando nos apercebemos que essa distinção é específica do capitalismo. As formações sociais em que o modo de produção estatal ou tecnoburocrático de produção tornou-se dominante são sociedades estatais ou tecnoburocráticas.

O aumento da intervenção do Estado na economia e o decorrente aumento do poder da tecnoburocracia colocou em questão o problema da democracia. Se o capitalismo, ainda que tenha contribuído para o surgimento das democracias parciais ou formais do mundo moderno, é em última análise incompatível com a democracia, na medida em que as liberdades efetivas são sempre profundamente limitadas pelas diferenças de poder econômico, a sociedade estatal também o é. A experiência dos países "socialistas" é a comprovação deste fato.

Na conclusão deste livro, entretanto, gostaríamos, antes de analisar o problema das relações entre democracia e Estado, de examinar uma questão fundamental: quais as causas mais profundas da crescente intervenção do Estado na economia, nas sociedades capitalistas contemporâneas. Tratam-se de causas estruturais, relacionadas com todo o processo histórico que vimos analisando até aqui, ou meras deformações do sistema social, como o pensamento burguês insiste em afirmar?

A compatibilidade da democracia com um Estado economicamente forte é um tema ideologicamente conturbado, na medida em que nele intervêm interesses de classe contraditórios da burguesia, da tecnoburocracia emergente, e dos trabalhadores. A burguesia apresenta um discurso antiestatizante, em nome da democracia e do capitalismo, embora esteja sempre pronta a promover o aumento da participação do Estado na economia quando isto assegurar economias externas para a acumulação privada; a tecnoburocracia é mais coerentemente estatizante, embora, quando pressionada, tenda a negar qualquer orientação nesse sentido; os tra-

balhadores finalmente, na medida em que são representados pela esquerda, vêm alterando seu discurso socialista e democrático não mais no sentido da estatização das empresas, mas da autogestão operária e da descentralização econômica. Estes discursos, através, dos quais as classes se posicionam diante do fenômeno da intervenção estatal, sugerem uma relação de causa e efeito entre o aumento da intervenção do Estado e aquelas posições ideológicas, mas as contradições em que as classes se encontram imersas já nos deixam entrever que, afinal, os discursos ideológicos são secundários para explicar o fenômeno real.

A crescente participação do Estado na economia determinou, na segunda metade do século XX, que as formações sociais capitalistas assumissem o caráter de capitalismo monopolista de Estado ou capitalismo tecnoburocrático. Estamos muito longe do capitalismo competitivo que definiu a Inglaterra e os Estados Unidos na primeira metade do século XIX. A partir do último quartel desse século tem início um processo generalizado de formação de grandes empresas privadas, assumindo as economias centrais um caráter cada vez mais monopolista. A intervenção do Estado, nos países que realizaram originalmente a Revolução Industrial, só ganha intensidade a partir da grande crise dos anos trinta e da Segunda Guerra Mundial. Nesses países temos, assim, sucessivamente, capitalismo competitivo, capitalismo monopolista e capitalismo de Estado. Já em países retardatários, como foi o caso da Alemanha e do Japão, ainda no século passado, e do Brasil, da Itália, da Espanha, da Índia neste século, as etapas do capitalismo competitivo e do monopolista são saltadas, realizando-se a industrialização nos quadros do capitalismo monopolista de Estado. Em países como a União Soviética, a China ou a Argélia, o salto é ainda maior, e o desenvolvimento industrial se realiza já nos quadros do estatismo.

O que caracteriza, fundamentalmente, o capitalismo tecnoburocrático é o fato de o Estado acrescentar às suas funções clássicas no plano político (organização da repressão e da ordem interna, defesa contra o inimigo externo, legitimação ideológica do sistema de dominação), novas funções no plano econômico: produção de serviços de consumo social, regulamentação econômica, e a própria produção de mercadorias. Além de Estado Repressivo e Legitimador, o Estado é agora também Estado do Bem-Estar, Estado Regulador ou Planejador, e Estado Produtor. Neste processo de emergência do capitalismo tecnoburocrático, o Estado, além de produzir bens e serviços, passa a interferir nas decisões internas das

empresas, especialmente quando regula preços de bens e serviços, salários, juros, e taxa de câmbio, quando estabelece estímulos e subsídios, e monta um complexo sistema fiscal ligado a esse sistema de estímulo e subsídios, e monta um complexo sistema fiscal ligado a esse sistema de estímulo e subsídios. Na verdade o Estado, substituindo-se parcialmente ao mercado na coordenação da economia, transforma-se em um complexo mecanismo de condicionamento da repartição da renda ao determinar os diversos preços da economia, ao subsidiar e ao taxar. Nesse sentido ele planeja ou pretende planejar a taxa de lucro, estabelecendo uma hierarquia de taxas de lucro, de acordo com as prioridades de investimento estabelecidos.

As causas fundamentais da intervenção do Estado na economia e portanto do surgimento do capitalismo monopolista de estado ou capitalismo tecnoburocrático são, em última análise, cinco: (1) as economias derivadas da generalização do consumo social através de gastos estatais em saúde, saneamento básico, educação, lazer e cultura; (2) a incapacidade do mercado de controlar sistemas econômicos baseados em grandes empresas monopolistas e garantir o pleno emprego; e (3) o imperativo burguês da acumulação de capital e da manutenção da taxa de lucro privada; (4) o imperativo social do desenvolvimento econômico que permita a aceleração dos padrões de vida dos trabalhadores; (5) os interesses da tecnoburocracia.

A rigor estas causas poderiam ser reduzidas a uma única: a anarquia e relativa ineficiência das economias de mercado. A identificação daquelas causas, entretanto, permite-nos definir as três funções econômicas básicas do Estado. Primeiro, o custo mais baixo do consumo social em relação ao consumo privado, ou seja, a vantagem econômica do aumento dos bens públicos sobre o aumento dos salários, somada à necessidade de legitimação política do Estado moderno, determinam a formação do Estado do Bem-Estar, que se encarrega da produção e distribuição de bens de consumo social como educação, saúde, saneamento básico, previdência social. Nos países subdesenvolvidos este aspecto do Estado é menos acentuado devido ao menor poder reivindicatório dos trabalhadores.

Segundo, a tendência à insuficiência de demanda e os prejuízos causados pelo desemprego cíclico conduzem ao Estado Regulador. A monopolização das empresas, que planejam suas margens de lucro com relativa independência das condições de mercado, e a formação de grandes sindicatos, que impedem a eventual reestabilização da economia via redu-

ção dos salários reais na fase descendente do ciclo, acentuam aquelas tendências e acabam determinando o surgimento de políticas econômicas de origem keynesiana, que se constituem na base do Estado Regulador.

Terceiro, a falta de capitais no setor privado da economia e a necessidade imperiosa da realização de grandes investimentos em certos setores básicos determinam a formação do Estado Produtor. O Estado assume, sistematicamente, os empreendimentos que exigem grandes volumes de capital e longos períodos de maturação, implicando em baixas taxas de lucro. Estes fatos tornam tais investimentos inviáveis ou desinteressantes para o setor privado. A baixa rentabilidade dos investimentos estatais torna-se altamente funcional para a acumulação privada na medida em que os subsídios representados pelos preços e tarifas relativamente baixos constituem uma contra-tendência à tendência declinante da taxa de lucro. Nessas condições o fato de o Estado investir em áreas altamente intensivas em capital, em que o capital privado não tem condições de entrar, e a baixa rentabilidade desses investimentos implicam em economias externas, que garantem ou estimulam a acumulação privada. Surge assim o Estado Produtor.

Mais genericamente a crescente intervenção do Estado na economia é uma conseqüência do que poderíamos chamar de o imperativo da acumulação capitalista, especialmente para os países economicamente retardatários. A forma especificamente capitalista de coordenação e controle do sistema econômico é o mercado e o sistema de preços. Embora esta forma de controle baseado na concorrência tenha uma série de qualidades, não há dúvida quanto ao seu caráter anárquico e relativamente ineficiente, quando comparado com o sistema de planejamento e portanto de administração da economia pelo Estado. Este fato é especialmente verdadeiro no plano histórico na medida em que este século vem sendo marcado de um lado por um grande desenvolvimento das técnicas de informação e processamento de dados, e de outro da teoria econômica orientada para a intervenção do Estado na economia. Ambos os fatos tornam a política econômica, apesar das imensas limitações que naturalmente enfrenta, muito mais efetiva. Desde o final do século passado, entretanto, a partir das experiências de desenvolvimento da França, da Alemanha e do Japão, ficou clara a superioridade de administração estatal sobre a coordenação pelo mercado do processo de acumulação ampliada do capital.

Além disso o Estado revela possuir uma vantagem decisiva sobre o sistema de mercado na medida em que tem condições de promover pou-

pança forçada. Com isso torna-se capaz de financiar ou de realizar os grandes investimentos necessários à acumulação capitalista. Estes investimentos, realizados nos quadros do Estado Produtor, não se constituíam em uma concorrência mas em um apoio fundamental ao setor capitalista na medida em que as novas empresas estatais (a) tornam-se grandes compradoras das empresas capitalistas principalmente das produtoras de bens de capital, (b) fornecem insumos necessários à produção capitalista (energia, aço, transporte, por exemplo), e (c) fornecem esses insumos a preços muitas vezes subsidiados, constituindo-se em contra-tendência à tendência declinante da taxa de lucro.

Por outro lado torna-se cada vez mais claro que a acumulação privada de capital ganha impulso com a redução da concorrência, através da criação de grandes empresas monopolistas, inclusive de conglomerados financeiros, que através do processo de concentração e centralização do capital não só lograram aumentar suas margens e taxas de lucros mas também impulsionar a incorporação de progresso técnico. Ora, esse processo, embora essencial para o fortalecimento a curto prazo do sistema capitalista, implica (a) na criação de tecnoburocracia privadas cada vez mais poderosas ao nível das empresas e (b) o desenvolvimento de uma tecnoburocracia estatal ao nível do Estado capaz de coordenar ou de regular a ação dessas grandes empresas. A lógica da acumulação exige, assim a crescente intervenção do Estado na economia.

Ao imperativo da acumulação de capitalista soma-se o imperativo do desenvolvimento. Os povos dos países retardatários e principalmente suas classes dominantes, não podendo admitir uma situação de atraso relativo, seja devido ao desejo generalizado em camadas crescentes da população de reproduzir os padrões de consumo dos países mais adiantados, seja devido à necessidade de segurança e afirmação nacional, perceberam que o recurso à intervenção estatal constitui-se na estratégia fundamental de desenvolvimento, na medida em que só o Estado tem condições de arrecadar a poupança forçada necessária. O Estado, administrado por uma tecnoburocracia cada vez mais ampla e melhor preparada tecnicamente, transformou-se no agente fundamental do desenvolvimento. A legitimação da dominação capitalista perante os trabalhadores passava a depender cada vez mais da capacidade da economia de aumentar a produtividade média do sistema e portanto de desenvolver-se. O aumento de produtividade era essencial para que os salários pudessem aumentar sem que baixasse a taxa de lucro. Os salários podiam aumentar diretamente, através do aumento

de dispêndio das empresas, ou indiretamente, através do aumento das despesas do Estado com consumo social. Em qualquer das duas hipóteses, entretanto, era imperioso que a economia se desenvolvesse. Na medida em que o Estado assumia o papel estratégico de principal agente do desenvolvimento, em responsável direto pelas taxas de crescimento econômico, é claro que o aumento do seu grau de intervenção na economia tornou-se um fenômeno intrínseco ao próprio desenvolvimento capitalista.

Entretanto, além do imperativo da acumulação capitalista e das pressões de toda a sociedade por maiores taxas de crescimento, existe uma outra razão para a intervenção crescente do Estado na economia relacionada com a emergência da tecnoburocracia. Esta, cujo poder e participação no excedente aumenta com o crescimento das grandes organizações burocráticas e em especial com o aumento da participação do Estado na economia, transforma-se não apenas no produto desse aumento de participação mas também em um agente ativo da mesma. Da mesma forma que a vocação da burguesia é privatizante, visando sempre a maximização dos lucros privados e a acumulação de capital, a tecnoburocracia é estatizante, tendo como objetivo fundamental a expansão das organizações burocráticas e particularmente do Estado.

Este fato é naturalmente negado pelos representantes da tecnoburocracia. Da mesma forma que eles negam sua qualidade de classe social, os tecnoburocratas recusam a acusação feita pelos representantes da burguesia de que sejam estatizantes. Nos termos da ideologia burguesa dominante, ser estatizante seria um crime. É natural, portanto, que a tecnoburocracia recuse para si esse atributo e procure, sob todas as formas argumentos para demonstrar que o crescimento da intervenção do estado deriva exclusivamente do imperativo da acumulação capitalista.

Na verdade não se trata de optar entre um e outro tipo de causa para o aumento da intervenção do estado na economia. Não há dúvida que a razão principal está no imperativo da acumulação capitalista, na medida em que as políticas do Estado são fruto principalmente dos interesses da classe dominante burguesa. Não há dúvida também que o imperativo do desenvolvimento, do aumento da prosperidade que permita maiores salários e maior bem-estar é uma causa também fundamental, na medida que as políticas do Estado não são o resultado exclusivo das pressões da classe dominante, mas são fruto da luta de classes. Nestes termos, já que os trabalhadores, organizados política e sindicalmente, vêm logrando uma influência crescente, principalmente nos países capitalistas centrais, é na-

tural que o imperativo do desenvolvimento econômico e social tenha também um peso para explicar a intervenção estatal na economia.

Ora, é exatamente seguindo esta mesma linha de raciocínio que a quinta causa deve ser acrescentada. Se a tecnoburocracia deixou de ser um mero estamento para assumir a condição de nova classe social emergente, isto ocorreu não apenas porque uma nova relação de produção — a organização, ou controle coletivo pela tecnoburocracia das organizações burocráticas, que por sua vez são proprietários dos meios de produção — definiu-se como historicamente significativa, mas também porque esta nova classe média multiplicou-se extraordinariamente no bojo das organizações burocráticas, e especialmente dentro do Estado, ganhou poder e autonomia relativa junto à burguesia. Ora, na medida em que estes fatos ocorriam é claro que a tecnoburocracia, em particular sua fração estatal, passava a poder influenciar o Estado dentro do qual estava situada. Esta influência não se exerce apenas no sentido de racionalizar suas atividades, ou de procurar se beneficiar através do direcionamento das despesas do Estado em seu favor. Expressa-se também no sentido de aumentar a abrangência da ação estatal, de aumentar o grau de intervenção do Estado na economia. O Estado do Bem-Estar, o Estado Regulador e o Estado Produtor não são fruto da vontade dos tecnoburocratas. Já vimos que outras causas relacionadas com o que chamamos de imperativo da acumulação e imperativo do desenvolvimento contribuíram de forma decisiva para sua emergência nos quadros do capitalismo tecnoburocrático contemporâneo. Mas não há dúvida que nesse mesmo processo emergia uma classe tecnoburocrática a qual, por sua vez, passava a influenciar no sentido do aumento da intervenção estatal, a partir, inclusive da crença na sua própria superioridade técnica.

Quando se fala em “autonomia relativa do Estado” em relação às classes na verdade o que se está afirmando é que a tecnoburocracia estatal, situada dentro do aparelho do Estado, alcançou suficiente poder para fazer gerar seus objetivos e interesses na definição das políticas públicas. Estas são fruto da luta de classes, ou seja, do peso político relativo das diversas classes e frações de classe. A tecnoburocracia estatal é uma dessas frações de classe cujo peso é sem dúvida crescente, apesar de em geral estar ainda subordinada à alta burguesia. Esta tecnoburocracia estatal tem interesse em aumentar o grau de estatização não apenas porque isto garante maior racionalidade e eficiência ao sistema econômico capitalista

monopolista, mas também porque através dessa estratégia seu próprio poder aumenta.

A emergência da tecnoburocracia enquanto classe assumiu diversas formas. Nos países em que o capitalismo não havia alcançado ainda seu pleno desenvolvimento foi possível à tecnoburocracia assumir o poder total e destruir a burguesia no bojo de revoluções operárias e camponesas com objetivos originariamente socialistas. É o caso da União Soviética, da China e em geral de todos os países chamados “socialistas”, mas que na verdade não o são porque continua a neles prevalecer uma estrutura de classes além de um forte autoritarismo. Se o socialismo é a sociedade democrática sem classes, é claro que aquelas formações sociais não são predominantemente socialistas, embora possam ter traços de socialismo. Também não são capitalistas. A tese muito difundida de que teríamos nesses países um capitalismo de Estado ou um capitalismo burocrático é insustentável. Um capitalismo sem capital, sem propriedade privada dos meios de produção é um *non sense*. Imaginar que os tecnoburocratas obedecem à lógica do capital, que personifiquem o capital, é outra violência ao materialismo histórico. Afundamo-nos em plena metafísica do capital. Inventamos um capital e um capitalismo sem capitalistas, sem burguesia enquanto classe historicamente definida, sem mercadorias trocadas segundo seu valor, sem equalização da taxa de lucros como mecanismo regulador da alocação do capital e do trabalho. Na verdade as análises que pretendem encontrar em formações sociais como a soviética uma burguesia de Estado e um capitalismo de Estado são de uma pobreza teórica constrangedora. Em comum com a teoria que apresentei neste livro existe o fato de afirmarem que naquele tipo de sociedade não existe ou não prevalece o socialismo. Mas diante desta constatação evidente é necessário dar um passo teórico adicional. É necessário definir os fatos históricos novos com um novo instrumental teórico: o conceito de modo estatal ou tecnoburocrático de produção, e de tecnoburocracia enquanto nova classe. Só assim conseguiremos reter a especificidade seja de fenômenos historicamente vividos e definidos embora ainda muito presentes — o capital e a burguesia — seja dos fenômenos historicamente novos — a organização e a tecnoburocracia.

Nos países subdesenvolvidos industrializados, em que os imperativos do desenvolvimento e da acumulação capitalista foram mais fortes, a tecnoburocracia emergiu como classe auxiliar da burguesia no seio de um aparelho de estado fortemente ampliado. O capitalismo de estado ou capitalismo tecnoburocrático dessas formações sociais mistas, ainda dominante-

mente capitalistas mas crescentemente estatais, caracteriza-se não apenas pela dependência econômica e tecnológica, mas também pelo fato de o Estado assumir principalmente o caráter de Estado Planejador e Estado Produtor. Caracteriza-se também pela forte tendência autoritária desses Estados. A tecnoburocracia e a burguesia se aliam, em comum acordo com as empresas multinacionais, para realizar dois objetivos: aumentar a taxa de acumulação e ao mesmo tempo reproduzir os padrões de consumo de "classe média" dos países centrais. Para realizar esses dois objetivos, em si contraditórios, essas duas classes são levadas a um processo violento de exploração da classe trabalhadora, cujos salários são mantidos ao nível de subsistência, nos termos da teoria clássica dos salários. As contradições geradas por esse tipo de subdesenvolvimento industrializado são naturalmente profundas seja no nível interno, seja no nível externo, na medida em que a reprodução dos padrões de consumo do centro implica em uma tendência intrínseca ao desequilíbrio do balanço de pagamentos.

Nos países capitalistas centrais, finalmente, define-se também uma formação social mista capitalista tecnoburocrática. O Estado também cresce, mas a ênfase do seu crescimento está no Estado Regulador e no Estado do Bem Estar, mais do que no Estado Produtor. A tecnoburocracia, por sua vez, desenvolve-se mais ao nível do setor privado, assumindo o controle das grandes organizações empresariais, do que ao nível do Estado, o qual, não apenas é relativamente menor do que nos países subdesenvolvidos, mas também controlado politicamente em termos mais democráticos. Isto significa que não apenas a alta tecnoburocracia estatal mas também a grande burguesia têm relativamente menos poder nesses países do que nos países subdesenvolvidos, geralmente autoritários. Ou, vendo-se o problema sob o ângulo das classes e camadas dominadas, significa que os trabalhadores, a média tecnoburocracia privada e estatal e a média burguesia participam mais diretamente do poder nesses países, ainda que estejam subordinados à alta tecnoburocracia estatal e principalmente à grande burguesia. Nesses países as relações de força entre as classes e frações de classes são mais equilibradas e, por isso, menos autoritárias.

Nos países estatais, portanto, a tecnoburocracia, e mais particularmente a alta tecnoburocracia, é a classe dominante e é fortemente autoritária. Nos países subdesenvolvidos industrializados a grande burguesia é a classe dominante, mas a alta tecnoburocracia estatal é também muito poderosa. Ambas se aliam para formar regimes geralmente autoritários. Nos países capitalistas centrais, ainda que a alta tecnoburocracia e principal-

mente a grande burguesia sejam as classes dominantes, são obrigadas a dividir seu poder com as demais classes e frações de classe, de forma que são consideravelmente menos autoritárias, ainda que não cheguem a ser verdadeiramente democráticas.

O fato de a tecnoburocracia ser menos poderosa exatamente nos países capitalistas centrais, em que o desenvolvimento das forças produtivas encontra-se mais avançado, sugere que qualquer determinismo economista em relação à emergência da tecnoburocracia é insustentável. O desenvolvimento das forças produtivas sem dúvida aponta na direção de um papel mais estratégico e de um poder maior para a tecnoburocracia. As economias de escala das grandes organizações, a aceleração do progresso técnico, a necessidade de coordenação administrativa das atividades econômicas dada a incapacidade do mercado de realizar essa tarefa, a necessidade absoluta do planejamento urbano nas grandes metrópoles são todos fatores que indicam um poder crescente para a tecnoburocracia. O outro fator determinante da história, além do desenvolvimento das forças produtivas, entretanto, é a luta de classes, ou seja, são os projetos políticos conflitantes em termos de poder e participação no excedente, das diversas classes e frações de classe. Ora, na medida em que o homem toma conhecimento cada vez maior de suas condicionantes econômicas, e que se organiza política e administrativamente para realizar projetos, a luta das classes vai se tornando o fator decisivo para a história.

Sem cairmos em um voluntarismo ingênuo, que caracteriza hoje não apenas o idealismo individualista burguês, mas também os grupos políticos de extrema esquerda, é preciso deixar claro que o crescimento do poder tecnoburocrático não tem nada de inelutável. O aumento quantitativo da tecnoburocracia, este sim, é intrínseco ao sistema industrial. Mas o aumento do seu poder político não o é. Não apenas a burguesia pode se opor a esse projeto. Também os trabalhadores, através de uma ideologia socialista autogestionária poderão fazê-lo.

À base do discurso burguês contra a tecnoburocracia e a intervenção do Estado na economia é a afirmação de que um estado economicamente forte é incompatível com a democracia. Um Estado que detém de forma centralizada o controle dos meios de produção assumiria tal soma de poder econômico que a conseqüência seria necessariamente o autoritarismo no plano político. O caráter ideológico desta proposição é óbvio, na medida em que assim a burguesia pretende legitimar a propriedade privada dos meios de produção. A posição dos socialistas libertários, do anarquismo

portanto, é entretanto semelhante. Também para eles o fortalecimento do Estado implica na burocratização da sociedade. Apenas sua conclusão é diversa. Ao invés de proporem a manutenção da propriedade privada dos meios de produção, sustentam a necessidade da descentralização econômica e da autogestão. Finalmente os próprios socialistas marxistas-leninistas possuem uma retórica anti-estatal semelhante. Apenas consideram que o controle do Estado deverá ocorrer no período de transição para o socialismo. Na verdade, porém, na medida em que em amplos setores o marxismo-leninismo passou simplesmente a encobrir a ideologia tecnoburocrática do estatismo, ele se transformou em mera retórica. Dentro do marxismo, entretanto, existe uma forte tendência atual para romper com o estatismo tecnoburocrático, que teve em Stalin seu sacerdote, ou com o próprio autoritarismo revolucionário leninista, e adotar as teses anti-estatizantes, em nome da autogestão e da descentralização econômica, em que se devolva ao mercado e à concorrência entre empresas autogestionadas uma parte maior do controle da economia.

Para a democracia, realmente, o problema fundamental é o equilíbrio de forças. Não é possível haver democracia se há uma concentração de poderes em um setor ou em uma determinada classe da sociedade. Se democracia significa liberdade e igualdade de oportunidade de participação no poder e na divisão do excedente econômico, é óbvio que esses objetivos são tão incompatíveis com o capitalismo, em que o poder se concentra nos detentores de capital, como a formação de uma estrutura política em que todo o poder se concentra na organização burocrática estatal. Mesmo que definamos democracia mais restritamente, como prefere a burguesia, limitando-a ao conceito de liberdade, é claro que esta liberdade estará permanentemente ameaçada, apesar de todas as precauções de ordem política que possam ser tomadas, se todos ou a maioria dos meios de produção estiverem sob o comando de uma tecnoburocracia estatal. Por outro lado, nos quadros do capitalismo também a democracia se torna algo de muito relativo ou limitado na medida em que os meios de produção se concentram nas mãos de uma classe que representa uma parcela limitada da população: a burguesia.

Esta constatação parte do pressuposto que o controle dos meios de produção e, mais genericamente, do sistema econômico, é uma fonte básica de poder em qualquer sociedade. Não é a única fonte de poder, e, a longo prazo, poderíamos prever que sua importância diminua, na medida em que a participação política direta dos trabalhadores aumente. Mas os controles

políticos diretos — constituição, pluripartidarismo, liberdade de imprensa e de opinião, sistema eleitoral representativo, opinião pública — dificilmente conseguirão se sobrepor ao controle centralizado da economia pelo Estado.

A estratégia burguesa, definida no século XVIII, para garantir a democracia, baseava-se na divisão do Estado em três poderes, e na oposição entre a sociedade civil, detentora dos meios de produção, e o Estado, detentor dos meios de coerção política. A divisão de poderes ao nível do Estado estava correta, na medida a sociedade civil, a quem cabia o controle do Estado, era constituída fundamentalmente pela burguesia. Os trabalhadores, desprovidos de poder econômico, não tinham peso na sociedade civil. Controlava-se o Estado mas não a burguesia. Aos trabalhadores restava apenas o direito formal à participação política. Todos são iguais perante a lei, todos são cidadãos. Mas essa cidadania, além de uma formalidade, é uma forma de legitimação política do Estado capitalista. A democracia, apesar de toda a luta dos trabalhadores por uma participação mais efetiva, ficava assim pela metade.

Esta estratégia do Estado liberal estava baseada em alguns pressupostos: pequenas e médias empresas competitivas, trabalhadores não organizados, Estado economicamente fraco. Entrou em colapso seja porque não atendeu aos trabalhadores que trataram de se organizar sindical e politicamente, seja porque as empresas cresceram e se oligopolizaram, seja porque o sistema econômico de mercado não conseguiu ser suficientemente dinâmico para atender ao imperativo do desenvolvimento.

Em face ao surgimento dos regimes estatais, porém, a burguesia retomou sua argumentação ideológica, pretendendo ver, especialmente na experiência soviética, a prova da incompatibilidade da democracia não apenas com um estado economicamente forte, mas, mais genericamente, com o socialismo. Pretendeu assim ressuscitar a legitimidade do capitalismo apesar de todos os percalços por que passou nestes dois séculos: as desigualdades econômicas profundas, o imperialismo, as guerras, o recurso aos regimes autoritários de tipo facista sempre que fosse ameaçada a acumulação privada, o controle crescente dos monopólios.

A experiência soviética claramente não é um argumento contra o socialismo, já que este modo de produção não é dominante naquele país. A União Soviética é uma formação social predominantemente estatal ou tecnoburocrática, embora nela estejam presentes alguns traços de socialismo.

A propriedade dos meios de produção pertence coletivamente à classe tecnoburocrática, que controla a organização burocrática estatal.

Para que a democracia se instaure, porém, parece certo que nem o Estado economicamente fraco e a burguesia forte do Estado liberal, nem o Estado economicamente forte controlado pela tecnoburocracia do estatismo, nem o Estado economicamente forte e as grandes empresas monopolistas do capitalismo monopolista de Estado são adequados. Também é inútil imaginar a volta às pequenas unidades de produção. A tese do "small is beautiful" é bonita mas estritamente utópica no quadro do desenvolvimento atual das forças produtivas. As economias de escala e as vantagens da coordenação econômica centralizada podem não justificar gigantes empresariais ou estatais, mas são incompatíveis com o domínio das pequenas e bucólicas empresas dos nossos sonhos.

A única alternativa democrática real, que escapa aos perigos do estatismo e das desigualdades econômicas, é o socialismo autogestionário. Neste socialismo o princípio do equilíbrio de poderes não é parcial como no capitalismo ou no estatismo, mas pleno. O Estado não desaparece mas reduz sua intervenção direta no aparelho econômico e descentraliza-se. As empresas, as escolas, os jornais organizam-se sob diversas formas de instituições autogestionárias, sob o controle político do Estado. Todos os controles políticos democráticos sobre o Estado são rigorosamente mantidos e ampliados, ao mesmo tempo em que se assegura um amplo grau de igualdade econômica. A cidadania deixa de ser uma ficção para se transformar em realidade.

Até hoje a democracia autogestionária tem sido uma proposta utópica, na medida em que os trabalhadores não estão preparados para autogerir suas empresas. Podemos, no entanto, imaginar que essa dificuldade esteja aos poucos sendo superada. A administração das grandes organizações burocráticas é ainda um conhecimento técnico especializado, monopólio de um grupo relativamente pequeno de empresários capitalistas e de tecnoburocratas. Mas é óbvio que esse monopólio está se reduzindo, à medida que os conhecimentos organizacionais e administrativos se difundem nas sociedades modernas.

A transição para o socialismo autogestionário será necessariamente revolucionária, mas terá que ser democrática e gradual. A tentativa de apressar a história através da ditadura do proletariado leva às distorções do estatismo. Mas isto não significa que esta transição deva ser lenta. Nem que, primeiro, deva-se preparar os trabalhadores e só, depois, caminhar

no sentido da autogestão. O processo terá que começar desde já. Deverá passar certamente pelo caminho da co-gestão, tanto entre as empresas estatais quanto as privadas. Deverá partir do pressuposto dialético de que só a participação dos trabalhadores nas empresas, através de fórmulas de co-gestão, permitirá o crescimento da sua capacidade autogestionária.

Deverá pressupor um amplo processo de descentralização política e de participação dos cidadãos ao nível do bairro, do distrito, do município, sem prejuízo dos empreendimentos de âmbito nacional necessários.

A grande indagação é saber qual a compatibilidade do socialismo autogestionário com o imperativo do desenvolvimento. Na China a proposta da Revolução Cultural, que possuía fortes elementos libertários, acabou sendo abandonada no momento em que assumiu um caráter fortemente autoritário e, ao mesmo tempo, se revelou relativamente incompatível com um desenvolvimento acelerado. Na medida em que este desenvolvimento depender da elevação da taxa de acumulação de meios de produção, realmente não será fácil realizar essa compatibilização. O principal motivo pelo qual o Estado se transformou no agente por excelência do desenvolvimento econômico não é a sua maior capacidade de impor racionalidade ao sistema econômico, mas a sua capacidade de promover a poupança forçada. Ora é difícil obter poupança forçada e o conseqüente aumento das taxas de acumulação sem o recurso a um Estado autoritário.

No momento, entretanto, em que a elevação da taxa de acumulação de meios de produção não for mais necessária para se atender ao imperativo do desenvolvimento econômico (bastando manter-se a taxa de acumulação já alcançada), seja porque já se alcançou um índice satisfatório de crescimento da produtividade do trabalho, seja porque a incorporação de progresso técnico garante uma maior produtividade para os meios de produção acumulados, nesse momento o socialismo autogestionário começará a ter base na realidade. Muitos países já alcançaram esta fase, principalmente os mais desenvolvidos. Mas o próprio Brasil já alcançou ou está próximo de alcançar níveis de acumulação de capital que lhe permitam continuar a crescer e a incorporar progresso técnico sem o recurso permanente a técnicas autoritárias de promover poupança forçada adicional.

Nesse sentido, a aceleração continua do progresso técnico, permitindo a introdução de tecnologia cada vez mais poupadora não apenas de trabalho mas também de capital, somada à luta de classes, ou seja, à luta dos trabalhadores pela democracia e pelo socialismo, são a garantia de que esses objetivos estão deixando de ser utópicos. Dizia Marx que o homem não se

coloca historicamente objetivos que não tenha um mínimo de condições de vir a realizar. As condições para socialismo autogestionário e conseqüentemente para a democracia começam a se definir neste último quartel do século XX.

A sociedade tecnoburocrática é sem dúvida uma realidade em emergência. É um avanço em relação ao capitalismo, mas também é uma ameaça na medida em que se constitui em uma alternativa ao socialismo. Não é, entretanto, uma necessidade histórica, porque, em um mundo em que, através de avanços e recuos, o homem vai assumindo o controle do seu próprio destino, talvez a única necessidade histórica seja a da liberdade, e esta só é compatível com o socialismo autogestionário.